



CATÓLICA
PORTO

EDUCAÇÃO E
PSICOLOGIA



LIVRO DE RESUMOS

EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Universidade Católica Portuguesa - Porto
23 e 24 de julho de 2015

COMISSÃO CIENTÍFICA | SCIENTIFIC COMMITTEE

Alexandre Ventura (Universidade de Aveiro)
Almerindo Janela Afonso (Universidade do Minho)
Américo Peres (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
António Bolívar (Universidad de Granada)
António Neto-Mendes (Universidade de Aveiro)
António Nóvoa (Universidade de Lisboa)
Cristina Palmeirão (Universidade Católica Portuguesa)
Helena Peralta (Universidade de Lisboa)
Ilídia Cabral (Universidade Católica Portuguesa)
Isabel Baptista (Universidade Católica Portuguesa)
João Barroso (Universidade de Lisboa)
João Formosinho (Universidade do Minho)
Joaquim Azevedo (Universidade Católica Portuguesa)
Joaquim Machado (Universidade Católica Portuguesa)
Jorge Adelino Costa (Universidade de Aveiro)
José António Caride (Universidade de Santiago de Compostela)
José Matias Alves (Universidade Católica Portuguesa)
José Verdasca (Universidade de Évora)
Leonor Torres (Universidade do Minho)
Luísa Alonso (Universidade do Minho)
Maria do Céu Roldão (Universidade Católica Portuguesa)
Michel Soëtarde (Université Catholique de l'Ouest)
Rosanna Barros (Universidade do Algarve)

COMISSÃO ORGANIZADORA | ORGANIZING COMMITTEE

Cristina Palmeirão (Universidade Católica Portuguesa)
Ilídia Cabral (Universidade Católica Portuguesa)
Isabel Baptista (Universidade Católica Portuguesa)
Joaquim Azevedo (Universidade Católica Portuguesa)
Joaquim Machado (Universidade Católica Portuguesa)
José Matias Alves (Universidade Católica Portuguesa)
Maria do Céu Roldão (Universidade Católica Portuguesa)

COMISSÃO EXECUTIVA | EXECUTIVE COMMITTEE

Cristina Crava (Universidade Católica Portuguesa)
Francisco Martins (Universidade Católica Portuguesa)
Ilídia Cabral (Universidade Católica Portuguesa)

FICHA TÉCNICA

Título: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL
EDUCAÇÃO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO HUMANO
LIVRO DE RESUMOS

Organização: Joaquim Machado [coord.], Cristina Palmeirão, Ilídia Cabral, Isabel Baptista,
Joaquim Azevedo, José Matias Alves, Maria do Céu Roldão

Colaboração: Cristina Crava, Francisco Martins

Depósito Legal: 395701/15

ISBN: 978-989-96186-7-1

Editor: Faculdade de Educação e Psicologia – Centro de Estudos em Desenvolvimento
Humano, Universidade Católica Portuguesa – Porto

Local e data: Porto, Julho de 2015

26 | UM NOVO MODELO DE GESTÃO DAS ESCOLAS: ENTRE A RETÓRICA DA MUDANÇA E O VAZIO DAS CONSEQUÊNCIAS

Isabel Santos, José Matias Alves

O estudo que se apresenta incide sobre a prática da direção/liderança e gestões das organizações escolares e pretende avaliar que mudanças implicou o Dec. Lei 75/2008 não só a nível organizacional mas também dos modos de ensinar e de aprender.

Os dados e elementos necessários foram recolhidos numa escola ao nível do 3º ciclo do Ensino Básico, situada num meio rural da Beira Interior. É efectuada uma abordagem reflexiva e construtiva sobre as lideranças de topo e quais as consequências que originaram, na perspectiva dos professores, encarregados de educação e alunos, designadamente face à mudança e inovação, e qual o contributo para o sucesso da escola.

O trabalho foi elaborado a partir da análise qualitativa e quantitativa de (entrevistas e inquéritos) e de documentos (atas do Conselho Pedagógico de 2008-2012, Projeto Educativo da Escola e Relatório de Avaliação Externa de Escolas).

Tal pesquisa é complementada com uma investigação quantitativa (inquéritos a professores, encarregados de educação e alunos), com o objetivo de complementar, aprofundar e triangular dados relevantes para o trabalho desenvolvido.

Os relatos dos vários entrevistados, os resultados dos inquéritos e a observação da múltipla documentação, permitem-nos afirmar que o Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril, não se constitui como ponto de viragem das rotinas tradicionalistas para o efetivo exercício e fortalecimento da liderança nem determinou a concretização de novas práticas e matrizes associadas a novos modelos de ensinar e aprender.

55 | O ESPAÇO DE INTERVENÇÃO DOS CENTROS DE FORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS (CFAE): COMPROMISSOS E DESAFIOS

Clara Freire da Cruz

Nesta comunicação proponho uma reflexão sobre as políticas de formação contínua de professores em Portugal e sobre o lugar dos centros de formação em todos estes processos. Mobilizo a minha experiência pessoal e profissional teoricamente contextualizada por um conhecimento científico na área da Administração e Políticas Educativas. Trata-se de um olhar, de uma observação marcados por um conhecimento prático e experiencial como diretora de um CFAE, envolvida nos processos de organização e de concretização da formação dos meus pares, mas também por um conhecimento investigativo e teórico resultante do meu próprio percurso académico.

Partindo dos pressupostos teóricos da perspectiva de análise das políticas como ação pública realço a dimensão histórica da construção das políticas da formação contínua de professores, enquadradas na reorganização e na regulação do sistema educativo vivido nas últimas duas décadas, dando primazia à ação dos atores em todos estes processos, entre os quais aos centros de formação de associações de escolas. Mais não faço do que contextualizar historicamente os processos de construção dos referenciais cognitivos e normativos do que é hoje a formação contínua em Portugal, salientando o papel e o espaço de intervenção dos centros de formação em todos estes processos.

Defendo uma ideia central: os CFAE são instrumentos de multirregulação das políticas de formação contínua, em Portugal. Este argumento ajuda-nos a perceber a relação existente entre os diferentes ciclos de construção dos referenciais da política, a evolução dos quadros de entendimento do que deve ser e para que deve servir a formação contínua dos professores, as ideias e os valores que lhe estão subjacentes, as normas e as regras que as concretizam. Informa-nos dos diferentes níveis e das diferentes escalas, tanto transnacionais, como nacionais, regionais e locais, dos diferentes espaços e tempos de intervenção de múltiplos atores implicados nos processos de construção da política da formação contínua. Finalmente os CFAE são essencialmente instrumentos de regulação local das políticas de formação contínua, exemplos de territorialização da educação e da formação em Portugal. Dependendo de cada contexto local, reconfiguram-se e adaptam-se aos novos desafios, mobilizando o conhecimento para a ação, investindo no compromisso, no desenvolvimento organizacional da escola e no desenvolvimento profissional dos professores.

PALAVRAS-CHAVE: Formação contínua de professores, territorialização da formação, multirregulação, ação pública, reconfiguração dos CFAE.